ISSN:1984-9540 DOI: 10.12957/periferia.2025.86658

INTERAÇÃO DIALÓGICA EM ATIVIDADES DE EXTENSÃO: uma análise no Instituto Federal de Santa Catarina

Grasiela Lúcia de Pinho[1]
Douglas Paulesky Juliani[2]

Resumo: A extensão faz parte dos pilares da educação brasileira, juntamente com o ensino e a pesquisa. Ela é responsável por promover a troca de saberes entre as instituições de ensino e a comunidade, socializando o conhecimento produzido nas instituições e integrando-o aos saberes da comunidade e à realidade concreta, com o objetivo de transformar essa realidade. A interação dialógica alinha-se a essa perspectiva, defendendo que a comunidade tenha um papel central nas atividades extensionistas, participando e construindo todas as etapas, desde o planejamento e reconhecimento de demandas, até a execução e avaliação das ações. Há poucos estudos que abordam essa temática, principalmente na análise de como essas ações vêm sendo incorporadas na prática. Sendo assim, o objetivo deste estudo é analisar como ocorre a interação dialógica nas etapas que envolvem os projetos de extensão, tendo como local de estudo o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Trata-se de uma pesquisa aplicada, com abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. A coleta de dados ocorreu por meio de documentos oficiais a respeito da extensão no IFSC, com a análise de 52 projetos aprovados junto à Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas (PROEX) nos editais n° 12/2022 e n° 16/2023. Esses dados foram analisados à luz do referencial teórico coletado para a fundamentação do estudo. Os resultados evidenciam a importância maior participação da comunidade durante as etapas que permeiam as ações extensionistas e indicam a necessidade de avanços nos debates da interação dialógica, promovendo maior impacto social no território.
Palavras-chave: Extensão; Interação dialógica; Interação educativa; Educação Profissional e Tecnológica; Formação humana integral.

DIALOGICAL INTERACTION IN EXTENSION ACTIVITIES: an analysis at the Federal Institute of Santa Catarina

[1] Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Assistente Social no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5187043703544054 Orcid: https://orcid.org/0009-0007-0356-779X
[2] Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3241385623970166 Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9658-2062

periferia EDUCAÇÃO CULTURA & COMUNICAÇÃO
ISSN:1984-9540 DOI: 10.12957/periferia.2025.86658

Abstract: Extension is one of the pillars of Brazilian education, along with teaching and research. It is responsible for promoting the exchange of knowledge between educational institutions and the community, socializing the production of knowledge in institutions and integrating it with the community's knowledge and concrete reality, with the aim of transforming this reality. Dialogical interaction aligns with this perspective, advocating that the community has a central role in extension activities, participating and building all stages, from planning and recognition of demands, to the execution and evaluation of actions. There are few studies that address this topic, mainly in the analysis of how these actions have been implemented in practice. Therefore, the objective of this study is to analyze how dialogical interaction occurs in the stages involving extension projects, using the Federal Institute of Santa Catarina (IFSC) as the study location. This is applied research, with a qualitative approach, exploratory and descriptive in nature. Data collection occurred through official documents regarding extension at IFSC through the analysis of 52 projects approved by the Dean of Extension in notices no. 12/2022 and no. 16/2023. These data were analyzed in light of the theoretical framework collected to support the study. The results highlight the importance of greater community participation during the stages that permeate extension actions and indicate the need for advances in dialogical interaction debates, promoting greater social impact in the territory.
Keywords: Extension; Dialogical Interaction; Educational Interaction; Professional and Technological Education; Integral Human Formation.

INTERACCIÓN DIALÓGICA EN ACTIVIDADES DE EXTENSIÓN: un análisis en el Instituto Federal de Santa Catarina

Resumen: La extensión forma parte de los pilares de la educación brasileña, junto con la enseñanza y la investigación. Le corresponde promover el intercambio de conocimientos entre las instituciones educativas y la comunidad, socializar el conocimiento producido en las instituciones e integrarlo con el conocimiento y la realidad concreta de la comunidad, con el objetivo de transformar esta realidad. La interacción dialógica se alinea con esta perspectiva, propugnando que la comunidad tenga un papel central en las actividades de extensión, participando y construyendo todas las etapas, desde la planificación y el reconocimiento de demandas, hasta la ejecución y evaluación de las acciones. Existen pocos estudios que aborden este tema, analizando principalmente cómo se han incorporado estas acciones a la práctica. Por lo tanto, el objetivo de este estudio es analizar cómo ocurre la interacción dialógica en las etapas que involucran proyectos de extensión,

ISSN:1984-9540 DOI: 10.12957/periferia.2025.86658

teniendo como lugar de estudio el Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Se trata de una investigación aplicada, con un enfoque cualitativo, de carácter exploratorio y descriptivo. La recolección de datos se produjo a través de documentos oficiales sobre extensión en el IFSC a través del análisis de 52 proyectos aprobados por el Decano de Extensión en las circulares n° 12/2022 y n° 16/2023. Estos datos fueron analizados a la luz del marco teórico recopilado para sustentar el estudio. Los resultados resaltan la importancia de una mayor participación comunitaria durante las etapas que permean las acciones de extensión e indican la necesidad de avanzar en los debates sobre la interacción dialógica, promoviendo un mayor impacto social en el territorio.
Palabras clave: Extensión; Interacción dialógica; Interacción educativa; Educación Profesional y Tecnológica; Formación humana integral.

INTRODUÇÃO

A extensão teve seu início no século XIX, na Inglaterra, tendo como princípio a educação permanente para adultos que não conseguiam acessar as universidades (Gadotti, 2017). No Brasil, sua primeira menção é datada de 1931, através do Decreto nº 19.851, no qual a extensão era apresentada como forma de socializar o conhecimento (Frutuoso, 2020). Nesses momentos, a extensão tinha um viés assistencialista e de prestação de serviços, onde o conhecimento e as atividades eram passados para a comunidade de forma hierarquizada (Oliveira; Goulart, 2015).

A Extensão Universitária passou por muitos debates, mobilizações e discussões com o passar dos anos, que garantiram muitas vitórias enquanto política formativa. Um dos principais marcos históricos foi o reconhecimento da extensão pelo Governo Federal com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, onde, em seu art. 207, a extensão é atribuída como um componente indissociável do ensino e da pesquisa. É importante destacar que, apesar do reconhecimento legal, não foram criados regulamentos que orientassem como as atividades extensionistas deveriam ser realizadas (Brasil, 1988, n.p).

Em 2012 foi criada a Política Nacional de Extensão Universitária, que reafirma a indissociabilidade entre ensino, a pesquisa e a extensão, assim como a CF de 1988, transformando a extensão em um processo interdisciplinar,

ISSN:1984-9540 DOI: 10.12957/periferia.2025.86658

educativo, cultural, científico e político, devendo promover ações transformadoras entre a universidade e os setores da sociedade.

Para tal afirmativa, a Política Nacional de Extensão aborda as cinco diretrizes extensionistas que devem ser basilares dentro das ações extensionistas, e uma delas refere-se à Interação Dialógica. A Interação Dialógica determina que as atividades desenvolvidas devem ter como princípio o diálogo entre os atores (Universidade e comunidade, entre outros setores sociais públicos ou privados) (Política de Extensão Universitária, 2012, p. 30). Observa-se que a ideia central é tornar os sujeitos parte do processo e da solução, distanciando a ideia de comunidade como ator passivo ou público alvo das ações. Nesta nova concepção, a comunidade deixa de ser apenas objeto das atividades, tornando-se parte dele, como sujeito da ação. Porém, é importante ressaltar que não há receitas prontas de como operacionalizar as ações, mas sim, reflexões sobre a importância dessa dialogicidade para a efetividade das ações.

O tema interação dialógica é considerado ainda muito recente, o que dificulta o acesso de materiais científicos, manuais ou diretrizes que se proponham a abordá-la. Este fato torna ainda mais relevante o estudo sobre esta temática, que necessita de diálogos e trocas para que novos debates sejam estimulados e novas estratégias sejam elaboradas no coletivo.

Essa participação ativa da comunidade nas ações extensionistas é crucial, pois possibilita “quebrar” a crença de superioridade científica, onde o conhecimento acadêmico é o mais importante e o conhecimento popular é, por muitas vezes, menosprezado. Cabe ainda considerar que a participação popular já vem sendo reconhecida em outras esferas, como na garantia de direitos e na participação ativa da comunidade em associações, conselhos, sindicatos, entre outros (Lopes, 2020).

É possível assim ultrapassarmos os “muros acadêmicos” entre instituição de ensino e comunidade, compartilhando conhecimento de forma horizontal (Moreira *et al.*, 2018). Portanto, faz-se necessário identificar como são estabelecidas essas relações e qual o impacto gerado dentro do território.

ISSN:1984-9540 DOI: 10.12957/periferia.2025.86658

Este artigo se propõe a analisar como ocorre a interação dialógica dentro das práticas extensionistas desenvolvidas pelo Instituto Federal de Santa Catarina, com análise dos projetos submetidos aos editais da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas (PROEX), nos anos de 2022 e 2023, período pós-pandêmico. O objetivo é identificar como as ações extensionistas são planejadas e coordenadas, com foco em potencializar a participação comunitária.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A universalização da extensão e suas dimensões

A extensão na educação tem se consolidado como um elemento essencial no processo de formação, ampliando as fronteiras do aprendizado para além das salas de aula tradicionais. Historicamente, as atividades de extensão eram vistas como complementares ao ensino formal, focadas principalmente em projetos sociais e culturais. No entanto, à medida que as demandas educacionais evoluem e se tornam mais complexas, a extensão ganha destaque como uma ponte vital entre o conhecimento acadêmico e a realidade social (Foligno *et al.*, 2021).

Por meio de importantes movimentos estudantis, como o manifesto de Córdova em 1918 na Argentina, foi possível aproximar as universidades dos problemas de caráter social, político, cultural e econômico, iniciando discussões que colocaram em pauta os objetivos da extensão universitária e a necessidade de mudanças (Foligno *et al.*, 2021).

Apesar das diversas normativas legais que mencionavam a extensão de maneira superficial, foi somente com a criação da Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE) em 1975, um setor vinculado ao Departamento de Assuntos Universitários do MEC, que se desenvolveu o Plano de Trabalho de Extensão Universitária. Esse plano renovou o entendimento da extensão como uma ação que dialoga com o ensino e a pesquisa, além de atender outras

ISSN:1984-9540 DOI: 10.12957/periferia.2025.86658

organizações, instituições e a população em geral (Frutuoso, 2020). Foi também nesse período que Paulo Freire trouxe uma nova abordagem para a concepção da extensão, concebendo-a como um diálogo entre educador e educando, fundamentado na dialogicidade (Frutuoso, 2020). No entanto, apesar desses avanços, essa relação educador/educando ainda não conseguia ultrapassar as barreiras da vida acadêmica.

Oliveira e Goulart (2015, p. 10) contextualizam a extensão em três momentos históricos distintos: 1º Prestação de serviços, 2º Assistencialista e 3º Dialógica. No primeiro contexto, a "extensão assume a tarefa de instruir tecnicamente as camadas populares que não tinham acesso às universidades, suprindo as demandas da indústria em crescimento". No segundo contexto, a extensão começou a delinear outros objetivos, propondo projetos com caráter mais assistencialista, com o objetivo de proporcionar ideais de segurança e desenvolvimento à população mais carente. Por último, no terceiro contexto, "assume sua atual fase/face baseada na interação dialógica e comprometida com a transformação social: a extensão dialógica" (Oliveira; Goulart, 2015, p. 8).

Com a promulgação da nova Constituição Federal do Brasil em 1988, a extensão oficialmente ganhou maior destaque, sendo reconhecida como um componente indissociável do ensino e da pesquisa (Brasil, 1988, n.p).

Atualmente, tanto a Política Nacional de Extensão, implementada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) em 2012, quanto a Resolução CNE/CES nº 7, implementada em 18 de dezembro de 2018, estabelecem diretrizes fundamentais para a extensão: Interação Dialógica; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; Impacto na formação do estudante; e Impacto na transformação social (Brasil, 2018, p. 2).

A Resolução nº 7 ainda estabelece que "as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular dos cursos de

ISSN:1984-9540 DOI: 10.12957/periferia.2025.86658

graduação, devendo integrar a matriz curricular dos cursos" (Brasil, 2018, n.p) até dezembro de 2022.

Apesar dessas novas normativas e dos caminhos traçados para a extensão dialógica, sua implementação nos currículos tem sido um desafio para a comunidade acadêmica, devido à falta de orientação sobre como realizá-la metodologicamente (Frutuoso, 2020).

> É necessária a aplicação de metodologias que estimulem a participação e a democratização do conhecimento, colocando em relevo a contribuição de atores não-universitários em sua produção e difusão. São necessárias também a apropriação e a democratização da autoria dos atores sociais, assim como sua participação efetiva em ações desenvolvidas nos espaços da própria Universidade Pública (Política Nacional de Extensão, 2012, p. 31)

Lisboa Filho (2022) acredita que a construção de parcerias, tanto dentro quanto fora das instituições, é o caminho para promover a indissociabilidade e a interdisciplinaridade, garantindo a participação de diferentes áreas de atuação profissional.

A extensão na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

A extensão e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) compartilham um pressuposto em comum: a integralidade na formação do indivíduo. A EPT defende a formação profissional com uma perspectiva prática e teórica, focando na capacitação de cidadãos. Por outro lado, a extensão promove a relação entre a instituição e a comunidade ao seu redor, garantindo a socialização de conhecimentos e experiências (Foligno *et al.*, 2021).

Foligno *et al.* (2021) e Oliveira e Costa (2017) expressam a necessidade de "compreender o significado da extensão como uma prática educativa, suas possibilidades e os desafios de sua implementação no âmbito da educação profissional e tecnológica" (Oliveira; Costa, 2017, p. 2).

O progresso realizado através do Plano de Trabalho da Extensão Universitária, uma das primeiras ações do CODAE criado em 1975, começou a

ISSN:1984-9540 DOI: 10.12957/periferia.2025.86658

definir alguns papéis da extensão, direcionando-a para uma perspectiva voltada ao atendimento da sociedade e das organizações, estabelecendo uma troca entre teoria e prática, ou entre conhecimento acadêmico e popular (Frutuoso, 2020). Nesse novo conceito de extensão, a população deixa de ser, pelo menos conceitualmente, um objeto de intervenção e se transforma em sujeito do processo (FORPROEX, 2012).

A influência do Plano de Extensão possibilitou a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas - FORPROEX em 1987, difundindo a extensão como

> Processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico (FORPROEX, 2012, p. 15).

Dessa forma, percebe-se que um novo olhar para as demandas sociais ganha destaque, reforçando a função social das instituições de ensino diante dos desafios atuais e evidenciando o papel ativo da sociedade nesse contexto. Nesse sentido, a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), por meio da Lei nº 11.892/2008, possibilitou a expansão da Educação Profissional e Tecnológica, ampliando o alcance das ações institucionais dentro dos territórios (Rovati *et al.*, 2017).

Diante desse cenário, torna-se fundamental construir modelos e processos que auxiliem na compreensão da extensão e na forma como ela deve ser estruturada e assimilada pelos atores envolvidos (FORPROEX, 2009).

A interação dialógica nas atividades extensionistas da EPT

Ao revisar as leis e normativas, percebe-se que o termo "interação dialógica" é mencionado apenas na Política Nacional de Extensão Universitária de 2012. A respeito dessa política, ela informa que:

ISSN:1984-9540 DOI: 10.12957/periferia.2025.86658

> A diretriz Interação Dialógica orienta o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais (FORPROEX, 2012, p. 30).

Com a Política Nacional de Extensão, a comunidade deixa de ser objeto da ação e passa a trabalhar coletivamente como sujeito ativo, produzindo um conhecimento novo e transformador que contribui para reduzir as mazelas da sociedade. Essa política defende a presença da comunidade nas tomadas de decisão e nos planejamentos, deixando de ser vista apenas como “cliente” ou "público-alvo" e assumindo uma participação ativa (Lopes, 2020). Historicamente, a participação popular tem sido peça-chave para a garantia da cidadania. No entanto, Lopes (2020) aponta que as pessoas não nascem sabendo participar, sendo necessário um aperfeiçoamento na perspectiva de uma ação reflexiva e dialógica.

A interação dialógica permite sair de uma perspectiva assistencialista e "compartilhar" o conhecimento gerado dentro das instituições de ensino, possibilitando a troca de saberes e a geração de novos conhecimentos (Moreira *et al.*, 2018). É imperativo que a população participe ativamente, estando engajada em todas as etapas do processo, desde a concepção até a avaliação de projetos, programas, serviços e benefícios, especialmente quando se trata de suas necessidades básicas (Lopes, 2020).

Nesse contexto, a participação não se resume mais à recepção passiva dos benefícios oferecidos à sociedade, mas sim a uma intervenção educativa em que todos os envolvidos participam das decisões em todas as fases de um projeto (Passos; Lohn, 2021). Entretanto, é evidente que a extensão ainda enfrenta diversos desafios. Os autores analisados enfatizam as dificuldades metodológicas, ao mesmo tempo que destacam a crescente importância da implementação de uma abordagem dialógica que integre ensino, pesquisa e extensão. Essa integração é essencial para a formação abrangente dos alunos,

ISSN:1984-9540 DOI: 10.12957/periferia.2025.86658

para a promoção da transformação social e para o envolvimento ativo da comunidade externa com as instituições de ensino.

METODOLOGIA

O presente artigo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, pois se propõe a estudar fenômenos sociais e culturais, utilizando como base a descrição, interpretação e comparações, não tendo nos dados numéricos seu principal enfoque (Fontelles *et al.*, 2009).

Para alcançar os objetivos estabelecidos neste artigo, adotou-se a pesquisa documental. Foram utilizados documentos institucionais, permitindo a valorização de evidências provenientes de outras fontes. É essencial compreender tanto os objetivos do texto quanto o público-alvo para o qual foi escrito (Yin, 2001).

Para a realização deste estudo, optou-se por selecionar projetos de extensão submetidos aos editais de fomento da PROEX, especialmente aqueles vinculados à Diretoria de Extensão (DIREX), vista como a principal fonte de fomento disponível.

O recorte temporal adotado abrangeu os editais publicados nos anos de 2022 e 2023, período em que as instituições começaram a retomar suas atividades e práticas com maior "normalidade" após a pandemia de Covid-19. Entre os editais desses anos, o que mais teve atividades vinculadas foi o "Protagonismo Discente", totalizando 52 projetos. Este edital foi escolhido por seu objetivo ser compatível com o deste artigo, já que propunha o desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento e a superação de desafios enfrentados pela comunidade ao seu redor.

Para a análise dos 52 projetos vinculados ao edital, foram considerados os submetidos e aprovados, bem como seus relatórios finais, quando disponíveis. A análise foi guiada pelas seguintes perguntas norteadoras: Como ocorreu a relação com a comunidade durante a identificação da demanda? O

ISSN:1984-9540 DOI: 10.12957/periferia.2025.86658

projeto foi elaborado com a participação da comunidade? Houve apresentação do projeto à comunidade antes de sua execução?

Os dados foram analisados utilizando a Análise de Conteúdo de Bardin (2022), que inclui a "Pré-análise", a "Exploração do material" e o "Tratamento dos resultados". Essas etapas tratam-se de um conjunto de técnicas sistemáticas para descrever e compreender as informações coletadas, tendo como objetivo compreender e analisar de forma objetiva as informações encontradas durante a pesquisa, construindo os conceitos e definindo o objeto de estudo.

Com base nessas diretrizes, foi possível observar como se estabeleceu a relação com a comunidade participante das atividades de extensão, alinhando-se ao objetivo deste estudo. Tal análise será abordada na próxima seção.

ANÁLISE DE DADOS

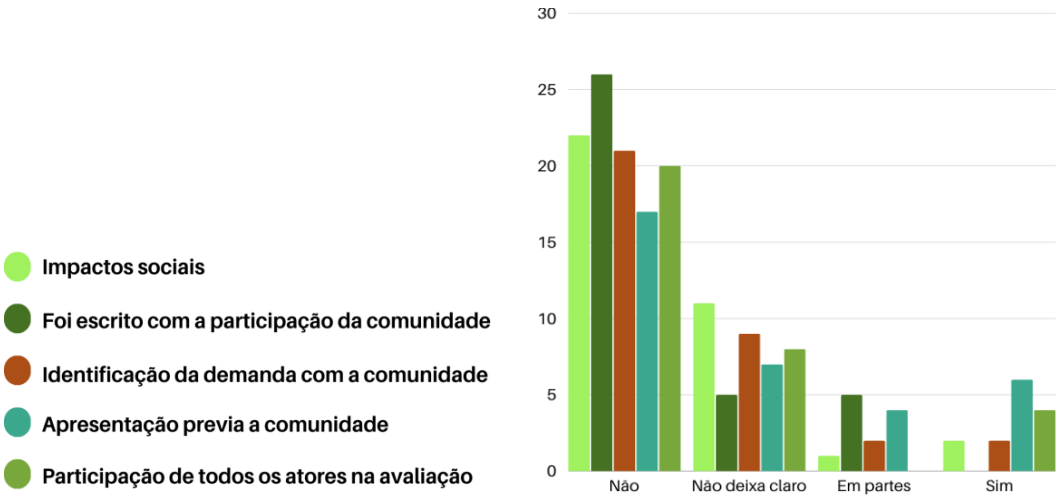
Como supracitado, a interação dialógica se estabelece por meio da troca de saberes entre os atores envolvidos — a instituição de ensino, os estudantes e a comunidade. Portanto, entende-se que essa interação deve ocorrer em todas as etapas dos projetos de extensão. Isso inclui a socialização e consulta à comunidade durante o planejamento, a execução e a avaliação do projeto. Com essa perspectiva delineada, são apresentados os achados da presente pesquisa.

Entre os 52 projetos analisados, 69,23% não apresentaram interação dialógica em todas as etapas do projeto, evidenciando o não envolvimento dos atores em alguma fase específica. Por outro lado, 23,07% dos projetos demonstraram interação dialógica em todas as etapas, enquanto 5,76% apresentaram uma interação dialógica frágil. Os 1,92% restantes referem-se a projetos que não puderam ser executados.

Dessa forma, observa-se que, na maioria dos projetos, a interação dialógica não ocorreu de forma completa ou não foi identificada em alguma das etapas. O gráfico abaixo ilustra as dimensões analisadas desses 36 projetos (69,23%).

ISSN:1984-9540 DOI: 10.12957/periferia.2025.86658

Gráfico 1 - Dimensões analisadas nos 36 (69,23%) projetos no qual não foi possível observar a interação dialógica em todas as etapas de escrita do projeto



Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Os dados mostram que a interação dialógica tem uma relação direta com os impactos que as atividades extensionistas geram nas comunidades: quanto menor a interação, menores são os impactos sociais advindos dos projetos. Além disso, os critérios que receberam as respostas “não” e “não deixa claro” somam quase 91,66% dos 36 projetos e, quando esses dados são considerados em relação ao total de projetos analisados, correspondem a 63,46% das atividades.

Esses dados indicam que, apesar dos avanços nas legislações e na compreensão do que constitui a extensão, ainda há uma lacuna na execução das atividades extensionistas no que se refere à promoção de uma relação horizontal com a comunidade.

Segundo Lopes (2020), nesse cenário a comunidade assume um papel “tutorial”, onde é introduzida previamente nas etapas, a critério da instituição. Com isso,

> [...] é o agente externo que elabora os diagnósticos, identifica os problemas, escolhe os meios para solucioná-los, estabelece as estratégias de ação e avalia as ações executadas. Restando aos habitantes, nessa forma de intervenção, executar as ações “prescritas” (Lopes, 2020, p. 488).

ISSN:1984-9540 DOI: 10.12957/periferia.2025.86658

Desta maneira, a comunidade é novamente colocada na posição de subalternidade dentro das práticas extensionistas, sendo vista apenas como um receptáculo para as intervenções, sem ser ouvida ou incluída nas outras etapas do processo.

Quando se insere a comunidade nas etapas dos projetos, promovendo um trabalho colaborativo e a troca de saberes, indubitavelmente isto ocasiona maior chance de sucesso da prática, afinal, a interação dialógica deve ser vista como pilar acadêmico e uma das diretrizes fundamentais dentro da extensão (Corrêa; Galhardo, 2020).

Além disso, ao analisar os 36 projetos que demonstraram práticas esporádicas de interação com a comunidade, observa-se a ausência de um trabalho articulado e crítico. Segundo Silva (2019), essa forma de extensão tende a ser assistencialista, focando na identificação e intervenção em demandas pontuais e gerando respostas de forma unilateral.

Esse fato é corroborado por um estudo apresentado por Galhardo (*apud* Carvalho, 2020), que revela que 40% dos textos submetidos à Revista Ciência em Extensão, inspirados em projetos de extensão, foram rejeitados devido à percepção assistencialista em relação às práticas extensionistas.

Ainda neste contexto, dos 36 projetos analisados, apenas 16,66% foram previamente apresentados à comunidade envolvida. Isso indica que 71,44% desses foram elaborados exclusivamente pelos atores externos (instituição de ensino), sem estabelecer diálogo com a comunidade, o que pode resultar em propostas desalinhadas com a realidade vivenciada por esse público. Essa falha no planejamento pode afetar o impacto social do projeto, uma vez que não atenderá às demandas reais da comunidade — um problema que poderia ser mitigado com maior aproveitamento da interação dialógica em todas as etapas da ação extensionista.

Cabe ressaltar que, dentre os 36 projetos destacados, 24,44% não apresentaram dados objetivos sobre essa questão, o que dificultou ou impossibilitou a mensuração adequada.

ISSN:1984-9540 DOI: 10.12957/periferia.2025.86658

Além disso, é preocupante que 58% destes projetos não tenham realizado levantamento de demandas junto à comunidade. Isso evidencia um afastamento da realidade vivenciada pelo público, o que, conforme Demo (1986 *apud* Lopes, 2005, p. 67), significa que a "desarticulação na vida da comunidade leva a um aumento da 'não participação' ou a uma participação cooptada, visando interesses próprios e imediatistas". Ou seja, a falta de consulta e o desinteresse em incluir a comunidade nessas etapas podem resultar em ações esvaziadas, onde a comunidade não se identifica ou não se sente parte do processo. Isso reforça a prática assistencialista e desalinhada com os princípios defendidos na Política Nacional de Extensão.

Como apresentado, entre os 52 projetos submetidos e aprovados, 5,76% apresentaram uma interação dialógica frágil, devido à falta de clareza nas informações sobre as estratégias utilizadas para a inserção da comunidade. A ausência de detalhamento adequado ou um detalhamento incompleto e não objetivo, como observado nos 24,44% mencionados anteriormente, demonstra uma desconexão com as diretrizes da Política Nacional de Extensão e com o que é atualmente entendido e defendido como extensão.

Outro dado relevante é que 1 (1,92%) dos 52 projetos não foi executado devido à ausência de interesse da comunidade. Embora o projeto tenha sido escrito com grande detalhamento, não foram identificados pontos essenciais para estimular a participação comunitária, como levantamento de demanda, apresentação prévia do projeto, mobilização da ação, reuniões de alinhamento e definição do público-alvo. Essa lacuna pode ter contribuído para a falta de participação da comunidade e, consequentemente, para a não efetivação da ação.

Com isso, podemos avançar para o próximo segmento da análise, que envolve os 12 projetos (23,07%) que apresentaram ou permitiram identificar a interação dialógica durante as etapas das atividades de extensão. O gráfico abaixo ilustra as dimensões analisadas desses projetos de extensão.

ISSN:1984-9540 DOI: 10.12957/periferia.2025.86658

Gráfico 2 - Dimensões analisadas nos 12 (23,07%) projetos no qual foi possível observar a interação dialógica nas etapas de escrita do projeto

Fonte: Elaborado pelos autores (2024)

Neste gráfico, observa-se a proporcionalidade entre os projetos que envolveram maior participação da comunidade nas etapas — especialmente na elaboração do projeto e na identificação de demandas — e aqueles que alcançaram impactos sociais significativos. Entre os 12 projetos, 66,66% tiveram um impacto positivo na comunidade, proporcionando suporte para a continuidade das ações.

Um aspecto importante é que, entre esses projetos, 33,33% não tiveram o impacto documentado, o que pode ser atribuído à ausência de informações nos materiais escritos, como o projeto e o relatório final.

Com base nos dados do gráfico anterior, destaca-se que 91,66% dos projetos contaram com a participação da comunidade na elaboração e no levantamento de demandas. Além disso, 83,33% apresentaram a ação de forma prévia e participativa à comunidade e 83,33% das ações envolveram a comunidade na avaliação do projeto.

Esses dados evidenciam a importância de inserir a comunidade durante todas as etapas das ações extensionistas, garantindo assim um maior impacto positivo e interesse do público. Os autores Passos e Lohn (2022) e Lisboa Filho

ISSN:1984-9540 DOI: 10.12957/periferia.2025.86658

(2022) destacam a relevância da participação da comunidade nos processos de tomada de decisão, enfatizando que a extensão não deve se limitar à transferência de conhecimentos, mas sim fomentar a participação ativa da comunidade no processo de aprendizagem e no desenvolvimento das ações. Essas reflexões apoiam uma abordagem mais participativa e dialógica, buscando envolver efetivamente a comunidade desde o levantamento das demandas até a implementação e avaliação dos projetos.

Finalmente, após essa análise inicial, foi possível identificar práticas utilizadas nas atividades extensionistas que apresentaram interação dialógica entre os 12 projetos analisados. Essas práticas serão apresentadas divididas em três etapas: Concepção e Planejamento, Execução e Avaliação.

Na etapa de Concepção e Planejamento, foram identificadas práticas que visam integrar a comunidade desde a formulação da proposta, permitindo um levantamento mais próximo das demandas reais. As principais formas encontradas foram:

1. Envolvimento da comunidade na identificação de demandas e possíveis parceiros: assembleias participativas; reuniões com instituições parceiras públicas ou privadas e com a comunidade atendida para alinhamento das ações; grupo de estudos; reuniões formativas; entrevistas com pessoas da comunidade externa ligadas a temáticas do projeto e que podem contribuir com a ação; grupos focais e visitas *in loco* para conhecer o espaço, a estrutura e como é organizado.
2. Levantamento da rede de apoio e contato com parceiros: pesquisa on-line; visita *in loco* e e-mail.
3. Apresentação da proposta: definição de espaço apropriado (a decisão precisa ser coletiva entre as partes). Essa conversa pode ser promovida através de assembleias, rodas de conversa e reuniões.

Já na etapa de Execução, onde geralmente se observa maior ênfase na participação da comunidade, foram identificadas as seguintes ações:

1. Estímulo para o envolvimento popular: oficinas e capacitações participativas; agendamento de encontros para diagnóstico e

ISSN:1984-9540 DOI: 10.12957/periferia.2025.86658

personalização das ações com diferentes públicos; desenvolvimento de estratégias para fomentar a participação de diferentes segmentos (editais, regulamentos próprios, etc.).

2. Capacitação da equipe e das lideranças para a execução: oficinas; roda de conversas e reuniões formativas.
3. Monitoramento e acompanhamento: reuniões quinzenais com o coletivo com pautas e metas a serem cumpridas e divisão de tarefas; elaboração coletiva de materiais e documentos do projeto; formação de grupos em redes sociais para acompanhamento da ação e identificação de novas estratégias e documentos on-line compartilhados; registro de todas as ações e fotos desenvolvidos.
4. Reavaliação de metas e objetivos: Documentos compartilhados em drives e trocas de e-mails.

Por fim, na etapa de Avaliação, as práticas identificadas foram:

1. Coleta de dados a respeito da execução: questionário; formulário on-line; entrevistas; rodas de conversa; observação participante e análise de documentos.
2. Relatórios das avaliações realizadas ainda durante a execução, das etapas de monitoramento e reavaliação de metas e objetivos.
3. Avaliação crítica: assembleia; avaliação por métricas alcançadas; reuniões quinzenais com o coletivo para análise dos resultados; roda de conversa com o coletivo no início e final da ação; questionários e formulários em cada etapa e cada ação; avaliações lúdicas; alimentação das redes sociais e acessos; avaliação dos materiais produzidos por todos os atores participantes.

Com isso, é possível concluir que as práticas que promovem uma maior participação e envolvimento da comunidade não têm alta complexidade de implementação em qualquer projeto de extensão. Essas ações permitem uma maior efetividade na etapa de execução, gerando um impacto social mais significativo e, assim, contribuindo para o alcance dos objetivos dos projetos propostos.

ISSN:1984-9540 DOI: 10.12957/periferia.2025.86658

É importante ressaltar que os projetos de extensão não devem se basear apenas em um planejamento interno e unilateral, que busca uma comunidade para realizar sua execução. Em vez disso, as atividades devem ser construídas em conjunto com as comunidades, identificando suas demandas reais e as melhores formas de intervir, para garantir um impacto social verdadeiro.

Silva (2019) defende que a extensão é uma atividade contínua, que favorece e estimula a "emancipação e autonomia comunitárias, além de construir processos pedagógicos que promovem a articulação social e política dos coletivos" (Silva, 2019, p. 47).

Além disso, as atividades extensionistas precisam envolver:

> 1) situações educativas onde os envolvidos adquirem, mutuamente, o papel de sujeitos cognoscentes e mediatizados: co-participantes;
> 2) situações que requerem uma ação transformadora sobre a realidade. Isso implica abandonar a concepção de transmissão vertical e unilateral do conhecimento, no habitual serviço assistencial da universidade, levando em conta agora que extensão é, também, a mão inversa (Calderón, 2003 *apud* Corrêa, 2019, p. 122).

Com base nos elementos encontrados durante as análises, foi possível identificar que a maior parte dos projetos ainda não conseguiu abandonar a concepção vertical e unilateral do conhecimento. A comunidade ainda não é reconhecida em toda a sua potencialidade como um agente importante na construção desse espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa realizada foi possível identificar como parte dos projetos de extensão no IFSC, especialmente os submetidos ao edital de fomento da PROEX e vinculados à Diretoria de Extensão - DIREX, estão sendo operacionalizados, com foco na interação dialógica, que era o objetivo estabelecido.

ISSN:1984-9540 DOI: 10.12957/periferia.2025.86658

Os dados mostram que 69,23% dos projetos não apresentaram interação dialógica durante todas as etapas; 23,07% apresentaram interação dialógica em algumas etapas; 5,76% tiveram uma interação dialógica frágil ao longo das atividades; e 1,92% dos casos não possibilitaram a execução da atividade extensionista.

Esses resultados são preocupantes, pois a maior parte dos projetos não demonstrou esse aspecto essencial relativo à participação efetiva dos beneficiários da comunidade na construção, execução e avaliação das ações extensionistas. Além disso, observou-se uma fragilidade significativa no detalhamento de cada etapa dos projetos, o que dificulta a análise das atividades, prejudica a mensuração dos resultados e limita a capacidade de buscar alternativas e soluções.

Uma possível conclusão é que ainda são necessários avanços na forma como a extensão é entendida, promovendo uma horizontalidade no compartilhamento de conhecimento e uma troca de saberes mais efetiva. A visão do papel da comunidade nos projetos também parece desatualizada, não reconhecendo suas potencialidades, particularidades e realidades. Isso afeta os resultados dos projetos, uma vez que o impacto social é reduzido na medida em que a interação dialógica é pouco explorada.

A revisão bibliográfica realizada para fundamentar este estudo, juntamente com os resultados obtidos, gerou duas hipóteses sobre o que pode motivar a ausência de interação dialógica em uma parcela tão significativa dos projetos analisados, aproximadamente 70%.

Primeiramente, é possível que a concepção atual de extensão, que enfatiza a interação dialógica e a troca de saberes de forma não hierárquica e em sintonia com a realidade local, ainda não esteja disseminada em toda a comunidade acadêmica. A falta de uma orientação clara e objetiva sobre como devem ocorrer essas atividades extensionistas pode contribuir para essa situação, dificultando a conformidade com as diretrizes e objetivos estabelecidos nas legislações vigentes e na Política Nacional de Extensão.

ISSN:1984-9540 DOI: 10.12957/periferia.2025.86658

A segunda hipótese refere-se ao IFSC, onde foi identificada uma ausência de orientação e estudos dedicados a capacitar a comunidade interna para realizar atividades externas. A promoção de práticas que incentivem a dialogicidade entre os agentes envolvidos na extensão é fundamental para alcançar uma extensão emancipadora, pedagógica e com impactos sociais positivos.

Por fim, uma das principais dificuldades encontradas na pesquisa foi a ausência de pesquisas científicas que reflitam sobre a interação dialógica nas atividades de extensão. É essencial debater essa temática para discutir sua importância, promover a disseminação da prática e orientar sua implementação com estratégias adequadas.

Portanto, é crucial que o tema seja mais debatido e qualificado, e recomenda-se a realização de novos estudos que investiguem a interação dialógica em projetos de extensão em outras instituições de ensino.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 11 jun. 2022.

BRASIL.Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201, que aprova o Plano Nacional da Educação - PNE 2014 - 2024 e dá outras providências. *Diário Oficial da União:* seção 1, p.49-50, 2018. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

CARVALHO, Roberto Cajaseiras de. "A formação de grupos de professores de diferentes áreas para o desenvolvimento de projetos com interação dialógica será o futuro da extensão". Entrevista com o Prof. Dr. Eduardo Galhardo (UNESP/Assis). *Caminho Aberto: revista de extensão do IFSC*, *[S. l.]*, n. 12, p. 12–15, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/caminhoaberto/article/view/2829>. Acesso em: 3 abr. 2023.

ISSN:1984-9540 DOI: 10.12957/periferia.2025.86658

CORRÊA, Thiago Henrique Barnabé. Diálogo e alteridade: a extensão na transversalidade do ensino superior. *Revista Triângulo*, Uberaba - MG, v. 12, n. 1, p. 119–126, 2019. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/3560.>. Acesso em: 8 mar. 2023.

DEMO, Pedro. *Educar pela pesquisa*. 6. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2003.

FOLIGNO, Adriane Zangiacomo *et al*. Integração entre Ensino e Extensão: fundamentos teóricos para uma abordagem na Educação Profissional e Tecnológica. In: SIMPÓSIO DOS PROGRAMAS DE MESTRADO PROFISSIONAL UNIDADE DE PÓS GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E PESQUISA, n.16., 2021, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo: Cps, 2021. p. 1-12. Disponivel em: <https://www.researchgate.net/publication/356541545_Integracao_entre_Ensino_e_Extensao_fundamentos_teoricos_para_uma_abordagem_na_Educacao_Profissional_e_Tecnologica>. Acesso em: 15 fev. 2023.

FONTELLES, Mauro José *et al*. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. *Revista Paraense de Medicina*, Brasil, v. 3, n. 0, p. 0-8, 23 set. 2009.

FORPROEX. *Política nacional de extensão universitária*. Manaus: Imprensa universitária, 2012. E-book (68p.) P&B. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: mar. 2023.

FRUTUOSO, Tomé de Pádua. *O processo de curricularização da extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC*. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC, 2015. 165 p.

GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê. *Instituto Paulo Freire*, São Paulo, v. 15, p. 1-18, 2017. Disponível em: <https://paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

LOPES, Frederico Antonio Mineiro. Intervenção, pesquisa e interação dialógica entre os conhecimentos popular e acadêmico. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 476-496, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36920/esa-v28n2-10>. Acesso em: 05 mai. 2023.

MOREIRA, Katia Denise *et al*. Cenário dos projetos de extensão em Secretariado Executivo na Universidade Federal de Santa Catarina. *Extensio: Revista Eletrônica de Extensão*, Florianópolis/SC, v. 15, n. 28, p. 2-18, 2018.

ISSN:1984-9540 DOI: 10.12957/periferia.2025.86658

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1807-0221.2018v15n28p2>. Acesso em: 1 ago. 2023.

OLIVEIRA, Fernanda.; GOULART, Patricia Martins. Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções. *Rev. Ciência em extensão*, São Paulo, v.11, n.3, p.8-27, 2015. Disponível em: <https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1225>. Acesso em: 23 out. 2018.

OLIVEIRA, João Paulo de; LEAL DA COSTA, Conceição. Extensão na Educação Profissional e Tecnológica e práticas educativas com comunidade(s): desafios e possibilidades. In: IV CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2017. **Anais** [...]. Realize Eventos Científicos & Editora: CONEDU, 2017. p.12. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/25351/1/Oliveira%20%26%20Leal%20da%20Costa%20%282017%29%20EXTENSA%cc%83O%20NA%20EDUCAC%cc%a7A%cc%83O%20PROFISSIONAL%20E%20TECNOLO%cc%81GICA%20E%20PRA%cc%81TICAS%20EDUCATIVAS%20COM%20COMUNIDADE%28S%29.pdf>. Acesso em: ago. 2023.

PASSOS, Ana Paula Pereira dos; LOHN, Vanderléia Martins. A percepção dos estudantes e professores sobre a extensão comunitária: um estudo de uma universidade comunitária. ***Em Extensão***, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 1-24, jul. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/REE-v20n22021-59829>. Acesso em: 10 ago. 2023.

LISBOA FILHO, Flavi Ferreira. *Extensão universitária [recurso eletrônico] :* gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022.

SILVA, Andre Luiz Barbosa da; FERRAZ, Bruna Tarcília. Oficinas Pedagógicas e práticas de formação: avaliando o papel do formador e a construção do conhecimento. In: VI COLOQUIO INTERNACIONAL. 2012, São Cristóvão-SE, *Educação e contemporaneidade*, São Cristóvão - SE, 2012. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10181/69/68.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2024.

YIN, Roberto K. *Estudos de caso:* planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ROVATI, Camila D´Ottaviano João (org.). Para Além da Sala de Aula. *Extensão Universitária e Planejamento Urbano e Regional*. 1. ed. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017. Disponível em:

ISSN:1984-9540 DOI: 10.12957/periferia.2025.86658

<http://anpur.org.br/public/publicacoes/livros/para_alem_da_sala_de_aula.pdf>. Acesso em: set. 2023.

Recebido em: 18/08/2024.
Aprovado em: 10/02/2025.
Publicado em: 20/02/2025.